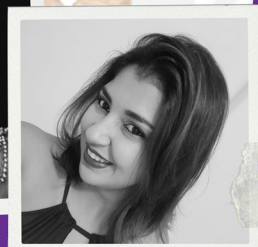




Nós mulheres assistentes sociais DE LUTA!



Pág. 02 | Com a política educacional precarizada, pesquisa e extensão em Serviço Social também ficam comprometidas

Pág. 04 | Na falta de empregos, a informalidade aumenta: como esse cenário afeta as e os assistentes sociais?

Pág. 16 | Cofi Responde: POPULAÇÃO TRANS e o papel do Serviço Social na construção de uma sociedade em que todas as pessoas tenham vontade de seguir vivendo

Com a política educacional precarizada, pesquisa e extensão em Serviço Social também ficam comprometidas

Investir em pesquisa e extensão é investir no futuro, no desenvolvimento teórico e prático dos saberes, é investir no avanço da sociedade como um todo. O Serviço Social, profissão comprometida com a justiça social, também usufrui desses conhecimentos construídos através da universidade e em diálogo constante com os diversos atores sociais e a realidade que nos atravessa.

Com o desmonte das políticas sociais, incluindo a Política de Educação, a tríade ensino, pesquisa e extensão fica comprometida. Os reflexos dessa precarização são sentidos na formação profissional e, consequentemente, na prestação de serviços à população atendida. Ou seja, se não há investimentos na educação, todas e todos saem perdendo.

Mas, afinal, qual é a gravidade dessa precarização da pesquisa e extensão? Quais os possíveis caminhos para reverter esse quadro? O que as e os assistentes sociais podem fazer, em seu cotidiano, para contribuir com essa luta? Para conversar com o CRESS-MG sobre o tema, convidamos a professora de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Gabriela Abrahão Masson, também coordenadora do Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (Facu) e vice-líder do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA).



1. Qual é a importância da pesquisa e da extensão na área de Serviço Social e de que forma incidem no cotidiano profissional?

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho, sendo assim, a análise crítica da realidade é condição essencial para a formação e o trabalho profissional que caminhe na direção crítica e hegemônica do seu projeto ético e político.

A educação superior possui uma função social atrelada e articulada ao ensino, pesquisa e extensão e a formação profissional das e dos assistentes sociais, a partir deste tripé, possibilita a construção de um ethos profissional dialeticamente articulado às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão, como nos ensina Marilda Iamamoto.

Neste sentido, a pesquisa no Serviço Social não está posta somente para o âmbito da formação profissional, mas está relacionada à dimensão investigativa e interventiva da profissão, como ensina outra grande mestra, Yolanda Guerra. A análise crítica da realidade na formação e na intervenção profissional pressupõe processos investigativos críticos cotidianos.

Assim, vinculada à pesquisa, a extensão universitária comprometida com a construção e transformação da realidade social é um elo articulador e dialético entre realidade social/questão social, formação e trabalho profissional. Através da extensão, ou comunicação, nos termos de Paulo Freire, é possível fortalecer e possibilitar uma competência teórico-analítica, em que a realidade social seja apreendida em suas múltiplas determinações e pautada numa análise da totalidade pela economia política.

2. Qual é o atual cenário da pesquisa e extensão na área de Serviço Social e a que se deve este cenário?

O Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, assim como a nossa própria categoria profissional, atuam na defesa e construção da educação pública, gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada: luta que se faz presente desde a formulação do projeto de formação profissional da década de 1990.

A Educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, deve ser garantida pelo Estado, e neste sentido, a concepção ampliada de Seguridade Social necessita ser pautada na formação e no trabalho profissional das e dos assistentes sociais, enquanto horizonte ético e político de atuação.

No entanto, assim como diversos direitos sociais, no contexto de contrarreforma do Estado, em sua configuração neoconservadora e ultraliberal, a educação superior como direito tem sofrido inúmeros retrocessos no que diz respeito ao financiamento, sendo cada vez mais precarizada e mercantilizada.

Dentre inúmeros posicionamentos das nossas entidades com relação a esta conjuntura, destaco a nota da ABEPSS, de 15/05/2019, "Não ao corte de verbas na Educação", que nos alerta sobre a precarização da formação profissional, dada a ênfase à sua transferência para a modalidade à distância e a inviabilização de políticas de permanência estudantil e docente.

Esta realidade revela o descaso com a Educação, enquanto política pública, e com a construção do futuro da pesquisa e extensão em que a lógica quantitativa é a tônica estatal, em detrimento da qualidade do ensino. O sucateamento das universidades públicas e a exponencial criação dos cursos privados são e sempre foram amplamente debatidos pela categoria profissional.

Assim, o atual cenário da pesquisa e extensão na área de Serviço Social está atrelado à uma configuração de Estado que não prioriza a garantia de direitos sociais, dentre eles a Educação pública, tampouco a processos democráticos, haja vista as 14 Universidades Federais no Brasil que não tiveram suas reitoras e reitores eleitos, mas sim, nomeados pelo atual presidente da república.

A autonomia das instituições de ensino superior no país está ameaçada já há algum tempo e, consequentemente, está também o direito à Educação.

Qualquer análise que não priorize a totalidade para a apreensão da pesquisa e extensão na área do Serviço Social está fadada à fragmentação da realidade e a reducionismos.

3. Quais os possíveis caminhos para reverter este quadro?

Gosto de trabalhar na perspectiva dos horizontes, pois não sei se os impactos e as consequências deste quadro são reversíveis, sobretudo para a classe trabalhadora, ou seja, para a classe que vive do trabalho. Assim, a partir do lugar que estou, universidade pública, ousar afirmar que necessitamos, enquanto categoria profissional, fortalecer nossas entidades: um dos nossos maiores patrimônios.

O trabalho de base a partir do horizonte metodológico da educação popular é essencial neste momento, como têm nos alertado tantas expoentes do Serviço Social, pois ele é um instrumento que possibilita a desmistificação dos pressupostos do neoconservadorismo e dos seus mitos irracionalistas. Necessitamos, ainda, pautar este debate nos currículos, no ensino, na pesquisa e na extensão, isto é, na formação profissional como um todo.

A articulação e a construção diárias com outras profissões e movimentos sociais contra-hegemônicos são, a meu ver, outro horizonte profícuo. Na universidade, tenho investido no trabalho multidisciplinar, angariando, assim, parcerias que partilham dos princípios éticos e políticos do Serviço Social, na construção de um projeto de educação e profissional posicionado contra o patriarcado, o racismo, o sexismo, o fascismo e a criminalização dos movimentos sociais.

Aprendo muito com quem se organiza, mobiliza e luta pela democratização de terras no Brasil, como as pessoas sem-terra, camponesas e trabalhadoras em geral. A luta da classe trabalhadora é diária, e desistir não é uma possibilidade: resistir e lutar são verbos de ação. Precisamos estar atentas, abertas e dispostas a construir um diálogo horizontal para, então, cada vez mais efetivarmos um cotidiano profissional comprometido com a emancipação política e humana.

**Na falta de
empregos, a
informalidade
aumenta: como
esse cenário
afeta as e os
assistentes
sociais?**

Mais da metade da População em Idade Ativa (PIA) no Brasil, trabalha, hoje, na informalidade, desalentada, desempregada ou subutilizada. A reforma trabalhista de 2016 acentuou esse cenário: ao invés de regulamentar os chamados “bicos”, estimulou os contratos precários ao permitir a contratação generalizada de trabalhadoras e trabalhadores via contrato intermitente, ou seja, prestação de serviços descontínua e alternada. Por outro lado, o trabalho informal, intermitente ou subutilizado, teve os direitos trabalhistas reduzidos, quando não extintos.

Férias, seguro desemprego, FGTS, aviso prévio, descanso semanal e contribuição previdenciária são eliminados, provocando queda do poder de compra da classe trabalhadora e promovendo instabilidade com relação à segurança do emprego ou de acesso a um seguro em caso de doença ou acidente. Nesta situação, a trabalhadora e o trabalhador precisa trabalhar o tempo todo, pois é a única responsável por sua sobrevivência, não lhe sendo destinada qualquer política social que a resguarde enquanto está fora do mercado formal de trabalho.

Uma frase do atual presidente da república, quando era candidato, ilustra bem este cenário: “o trabalhador brasileiro deveria escolher entre trabalhar ou ter direitos”, numa alusão ao fato de que as duas condições não poderiam ser garantidas na atualidade. Ao desalento, à informalidade e ao desemprego, acrescentamos a perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora, como explica a assistente social e professora, dra. Ednéia Alves de Oliveira, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFJF e do Grupo de Pesquisa Dinâmis.

“Com a crise iniciada em 2008 e acirrada pelo quadro pandêmico em 2020, a economia mundial diminuiu suas taxas de crescimento, impactando no crescimento nacional. Ou seja, o Brasil depende dos bons rumos da economia internacional para alavancar o crescimento interno, devido a alta vulnerabilidade externa da nossa economia. Caso isso não aconteça, as taxas de crescimento diminui provocando ainda mais desemprego e informalidade”, avalia.

O Auxílio Emergencial, criado em 2020, é um bom exemplo de como promover o superávit primário em nome do ajuste estrutural imposto pelas agências internacionais, como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) impede que medidas que favoreçam a classe trabalhadora sejam implementadas. Com valores abaixo do necessário para alavancar o crescimento interno e propiciar condições de sobrevivência dos beneficiários enquanto perduraram as medidas de restrições sanitárias, o que se viu foi a contínua circulação de pessoas, em especial as informais, para manter a subsistência cotidiana.

“O resultado foi o enorme número de óbitos e contaminações por Covid-19 no país. O crescimento interno sem a criação de políticas sociais de longo prazo que reduzam a pobreza e a extrema pobreza não surtem efeitos, sendo prontamente superadas em situação de crise. Não por acaso, temos um cenário desolador em 2022. Dados divulgados por nós em artigo recente mostra que 55% da população brasileira padece com a fome ou insegurança alimentar: dilemas que nos afligiam desde o período da ditadura civil-militar”, aponta Ednéia.

No Brasil, regime escravocrata está no cerne da informalidade

A informalidade está associada à formação sócio-histórica brasileira. Desde o início do processo de industrialização no país, milhares de negras e negros recém libertos foram relegados a subsistirem fora do mercado formal de trabalho e sem nenhuma política social para garantir sua sobrevivência. O resultado foi uma significativa parcela da população vivendo por conta própria, sem carteira assinada, sem contribuição previdenciária e sem CNPJ, como explica a professora e pesquisadora Ednéia.

“A expressiva quantidade de mulheres que realizam trabalhos domésticos no Brasil, sem direitos trabalhistas, mesmo após a regulamentação em 2013, evidencia isso. Portanto, a informalidade sempre esteve presente e se acentua quando o desemprego aumenta. Com a pandemia ampliamos o número de quem trabalha informalmente. De acordo com o IPEA, em 2021, o número de pessoas ocupadas se apresenta de forma mais acentuada nos setores informais do mercado de trabalho, aqueles sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.”

Importante destacar que são consideradas trabalhadoras e trabalhadores informais no Brasil, vendedoras e vendedores ambulantes, “bicos”, faxineiras, “flanelinhas”, artesãs e artesãos que vendem seu trabalho pelas ruas etc. Ou seja, um trabalho que não permite a garantia de renda ao final do dia ou do mês, gerando um enorme contingente de pobres e miseráveis que passam a depender de benemerência e caridade para não sucumbirem à fome total.

Com a pandemia e a instituição do Auxílio Emergencial, evidenciou-se que mais de 110 milhões de pessoas eram elegíveis para receber o benefício, o que representa pouco mais da metade da população brasileira. Isto é, são milhares de pessoas vivendo em condições subumanas, sem nenhuma garantia de proteção social.

Precarização das condições de trabalho no Serviço Social

As instituições públicas ainda são as maiores empregadoras de assistentes sociais. Não há uma inserção destas e destes profissionais em trabalhos por conta própria, como observa Ednéia. “No interior do serviço público, há um estímulo à criação de vínculos via CNPJ ou de Microempreendedor Individual (MEI) como forma de evitar custos trabalhistas ou uma relação estável de trabalho. Tal realidade afeta pouco nossa categoria profissional, embora esteja crescendo com a redução de concursos públicos, com a Lei de Terceirização e com a reforma trabalhista”, pontua.

Contratar profissionais no interior das esferas municipal, estadual e federal sem concursos públicos justifica-se, segundo as gestões, pela necessidade de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ou seja, faz-se necessário cortar custos do trabalho e desonerar a folha de pagamento para pagar dívidas públicas e conter gastos. Este cenário, para a professora, tende ao aumento da precariedade das condições de trabalho de assistentes sociais que passam a ter renda menor, jornada de trabalho maior e a redução de direitos trabalhistas.

“Por outro lado, estima-se que, por ano, 200 mil novas e novos assistentes sociais sejam lançados no mercado de trabalho. Quanto maior o número de profissionais disponíveis, mais ficam suscetíveis a aceitar condições de trabalho e realizar atividades que contrariam aquilo que está determinado pelo Código de Ética profissional. Baixa qualidade na formação, poucas oportunidades de emprego e quando surgem são de forma precária”, diz.

A situação que deveria gerar indignação e mobilização da categoria profissional, tem efeito contrário. Dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT), apontam que menos de 20% das e dos assistentes sociais empregados estão sindicalizados a partir de sindicatos gerais. A ausência nas lutas sindicais, sen-

do que é a partir das lutas no campo do trabalho que é possível reverter a realidade referente às relações de trabalho instáveis com contratos temporários ou padecendo de condições precárias.

Todos esses fatores somados à falta de acesso a benefícios trabalhistas e a jornadas extensas e extenuantes, faz com que a organização, a mobilização e a luta coletiva, tão cruciais para reverter este quadro - já que nenhum direito é dado à classe trabalhadora e sim, conquistado, sejam um grande desafio. Cabe a sindicatos e demais entidades da classe trabalhadora e do Serviço Social, como o CRESS-MG, a missão de sensibilizar para a necessidade de que a militância seja, talvez, a única saída para mudanças.



Impactos no trabalho, resistência e organização do Serviço Social em dois anos de pandemia

No mesmo dia em que fui chamada a escrever esse breve artigo, recebi correspondência do CRESS-MG com o planejador mensal de 2022. Junto com uma linda arte, veio a afirmativa “sempre haverá solo fértil para a resistência” a qual peço licença para usar como inspiração a fim de tecer algumas reflexões aqui com vocês.

Após mais de dois anos de pandemia da Covid-19 em que perdemos tanto, é preciso, mais do que nunca, falar de resistência. Esta mesma resistência que sempre esteve presente no cotidiano de assistentes sociais brasileiras e brasileiros comprometidos com a crítica e os valores de liberdade e justiça social.

Nesses tempos tenebrosos que estamos vivendo, com constantes ataques ao conhecimento, à crítica, à ciência e ao pensamento é fundamental resistir. Este ato, que é parte intrínseca de quem trabalha para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ganha espectro de primeira ordem, necessidade primária durante os anos de pandemia.

O Serviço Social resiste quando os sujeitos individuais e coletivos da profissão se colocam na linha de frente na defesa da formação de qualidade, na defesa de condições de trabalho, na defesa dos direitos humanos e na defesa da saúde pública, gratuita, irredutível, com equidade.

A crise pandêmica agravou as condições de trabalho, de vida e de sobrevivência do conjunto das nossas usuárias e usuários. Aliado ao desemprego, à fome e ao abandono, houve, ainda, o reforço de perspectivas conservadoras irracionais que dificultaram a chegada das vacinas no país e que fortaleceram formas de tratamento sem nenhuma comprovação científica. Resistir!

É preciso resistir e respirar em tempos que têm nos sufocado humanamente e profissionalmente. As instituições representativas do Serviço Social, ou seja, o Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, estiveram à frente na defesa não só das garantias profissionais, mas também resistindo a duros ataques à formação e ao exercício profissional, assim como aos direitos e garantias sociais que recrudesceram durante esses biênios.



Os processos de degradação da vida social e do trabalho que vinham sendo desenhados nas últimas décadas no Brasil, tiveram uma aceleração durante a pandemia. O trabalho e o ensino remotos, precarizados e com ultra responsabilização individual foram lançados à frente, devido às medidas de distanciamento social recomendadas pelas organizações de saúde com o objetivo de evitar a contaminação pelo coronavírus.

Nesse contexto, aquilo que havia tempos vínhamos lutando contra, se acelera com força, movido pelos interesses econômicos e também mobilizados pelas necessidades de proteção da saúde pública. Nesse cenário caótico, vimos crescer o trabalho precarizado, no qual assistentes sociais se viram obrigadas ao teletrabalho, ao trabalho remoto e, algumas vezes, à dinâmica híbrida.

Assim, passaram, assim como boa parte da classe trabalhadora, a ser responsabilizadas pela garantia de suas próprias condições de trabalho tendo que comprar equipamentos, garantir acesso à internet e tendo o espaço doméstico – sua vida privada – tomado pelo trabalho, sem hora para acabar, sem proteção, sem garantias.

Nós já seguíamos enfrentando no cotidiano profissional: precarização das relações trabalhistas, terceirização, fragilidade de contrato de trabalho, aumento da demanda para assistentes sociais, quantificação dos atendimentos, trabalho por metas, burocratização das políticas sociais, entre outras várias dificuldades.

É preciso resistir! A compreensão e a consciência do significado social da profissão são essenciais para que possamos firmar o olhar no horizonte e na direção do projeto ético e político do Serviço Social. Essa deve ser nossa referência para enxergar, no real, as suas determinações e construir coletivamente estratégias de enfrentamento.

Cada profissional é responsável na construção da profissão que escolhemos. Somos e seremos sempre resistência e é na realidade adversa que ela se faz mais urgente. Estamos vivenciando um momento único neste tempo e nestas condições históricas, o que nos traz um conjunto de angústias e incertezas em vários âmbitos da vida, incluindo a formação e o trabalho profissional.

Assim sendo, nos cabe ter tranquilidade, dentro do possível, para tratar as questões que nos desafiam nesse contexto adverso, sob novos aspectos. Sei que não temos respostas imediatas para todas as questões

que nos apresentam, mas também estou segura da necessidade de reafirmarmos os princípios do projeto pelo qual nos orientamos no exercício da profissão.

Desta forma, guiadas e guiados por esses princípios, podemos nos dispor a enfrentar a realidade social com todos os seus desafios, sem soluções imediatas ou mágicas. Ou seja, não temos respostas prontas, mas temos tradição na construção do trabalho coletivo, na troca e no respeito ao pensamento.

Temos certeza da diretriz para caminhar na direção da busca de resolutivas coletivas, compreendendo que o significado social do Serviço Social é a luta por direitos, pela democracia e pela liberdade, sendo este nosso horizonte.

Quero deixar toda a minha solidariedade a todas as pessoas que perderam parentes, afetos e amigos vítimas da Covid-19, e às e aos profissionais que se dedicaram ao trabalho comprometido durante o tempo de pandemia, que ainda não acabou. Os desafios são imensos, mas juntas e juntos vamos superá-los.



Texto: Ana Maria Ferreira
Assistente social, vice-presidenta da
Abepss Leste e professora da Faculdade
de Serviço Social/UFJF

O planejador mensal do CRESS-MG foi enviado, no começo do ano, para a casa dos e das assistentes sociais registradas no Conselho. Se esse não é o seu caso ou ainda não recebeu o material, disponibilizamos no nosso site o arquivo para você baixar e imprimir. Para conhecer, [clique aqui!](#)



As mulheres têm sido protagonistas de muitas transformações dentro do Serviço Social e são a maioria no cotidiano profissional. Por isso, ao longo deste ano, o CRESS-MG homenageará algumas dessas milhares de assistentes sociais que se encontram nas mais diversas áreas de atuação, sendo exemplo, inspiração e principalmente retrato de como o gênero feminino faz esta profissão e contribui para uma sociedade mais justa e igualitária.

Os nomes selecionados para a homenagem são de profissionais inscritas no estado de Minas Gerais e que foram indicados pela própria categoria

e sociedade, por meio de uma consulta aberta. Em alguns dias, recebemos 420 respostas contendo a indicação de mais de 270 assistentes sociais. A seleção buscou garantir a diversidade racial, regional e de área de atuação. Nesta edição, apresentamos as primeiras dez homenageadas.

Esta ação está alinhada à Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2020-2023), cujo mote é “Nós, mulheres assistentes sociais de luta”. Esperamos que todas as assistentes sociais se sintam representadas através das histórias de vida aqui apresentadas!

ÉRICA PAULA

SAÚDE MENTAL | UBERLÂNDIA



A escuta é um recurso muito presente no Serviço Social e exige técnicas para ser bem executada. Quando feita de forma qualificada, os benefícios podem ir além do que imaginamos. Foi depois de um atendimento acolhedor, com uma

escuta gentil e respeitosa realizada por uma assistente social, que Érica decidiu que essa seria sua profissão.

Durante os estudos e logo após a formatura, a futura profissional enfrentou problemas de saúde física e mental que dificultaram, mas não a impediram de exercer a tão sonhada profissão. Seu primeiro emprego veio quase dez anos depois de concluir a faculdade: com o incentivo de gente querida, estudou e conseguiu ser uma das primeiras aprovadas em um concurso público com 330 candidatas.

Na Prefeitura de Uberlândia, onde foi contratada, atuou nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) da Infância e Adolescência e também de Álcool e Outras Drogas. Novamente, a escuta qualificada marcou sua trajetória profissional: em um atendimento, um usuário se queixou de problemas causados pelo alcoolismo, como fome, desemprego, e confessou que, naquele dia, queria tirar sua própria vida.

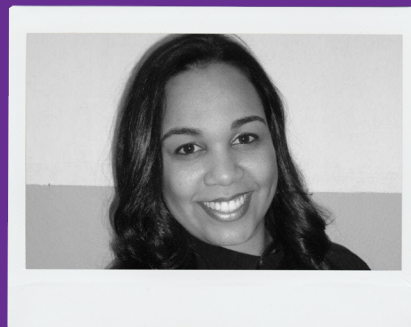
De forma ética e ciente de quais eram suas competências e atribuições privativas naquele espaço, Érica o escutou atentamente e quando perguntou o que poderia fazer por ele, recebeu a resposta de que ela já tinha feito: “eu precisava falar, você me ouviu, e agora me sinto melhor”. Hoje, ela atua em um Centro Especializado em Reabilitação voltado para pessoas com deficiência visual, neurológica e intelectual.

Longe de querer romantizar o Serviço Social, a assistente social tem consciência dos desafios da profissão, da luta por direitos, da barbárie capitalista que reitera a desigualdade social, mas pontua que prefere “estar nesse combate com o brilho nos olhos de alguém que acredita no ser humano”.

Serviço Social é sim sobre direitos e cidadania, sobre teorias e técnicas, mas é também sobre empatia, sensibilidade e principalmente respeito. É por conciliar todas estas características no cotidiano profissional, que Érica é uma das homenageadas do CRESS-MG!

FERNANDA GOMES

EDUCAÇÃO | ITABIRA



Uma infância com ricas experiências que despertaram, desde cedo, um olhar preocupado com a justiça social. Criada no Quilombo do Bairro de Fátima, em Ponte Nova, na Zona da Mata Mineira, Fernanda, hoje com 35 anos, viu e viveu expressões da questão social, assim como viu também a comunidade se organizando para, coletivamente, encontrar formas de resistir às opressões sociais.

Para uma menina negra, periférica, a universidade era um sonho distante, já que as oportunidades eram - e ainda são - escassas. Mas ela aproveitou bem as que teve. Ainda na juventude, participou da obra social Sociedade da Alegria, que atendia crianças em situação de vulnerabilidade e, neste espaço, aprendeu ensinamentos que ajudaram a construir a sua identidade pessoal e, futuramente, profissional.

Aos 17 anos, deixou o seio familiar, onde vivia com a mãe, o pai e o irmão, para se dedicar à vida religiosa, período em que aprendeu muito e que foi quando passou a considerar cursar Serviço Social. O desejo de se formar assistente social, Fernanda registrou em um diário, aos vinte anos. Pouco tempo depois, lá estava ela, realizando seu sonho na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

“Sou a primeira da minha família e da minha ancestralidade a cursar o ensino superior e, sem dúvidas, isso é um marco e motivo de muito orgulho para minha história de vida”, diz a profissional. Com quase uma década de formada, Fernanda também é orgu-

lho da profissão e faz parte de uma estatística que vem, aos poucos, crescendo: a de pessoas negras na universidade pública.

A educação formal tem um papel transformador na vida de populações mais pobres e, atualmente, a nossa assistente social homenageada, exemplo deste cenário, atua exatamente nesta política. Após um mês de formada, Fernanda passou no concurso público e, desde então, vive em Itabira e trabalha no Centro Municipal de Apoio Educacional (Cemae) ligado à Secretaria Municipal de Educação.

Na pandemia, ela resolveu compartilhar, nas redes sociais, conhecimentos e experiências neste espaço sócio-ocupacional em ascensão e, assim, reforçar a importância do Serviço Social na política educacional. A página no Instagram é, ainda, estímulo para ela seguir se atualizando, algo que tem conseguido também através da Comissão de Serviço Social na Educação, aqui do CRESS-MG.

“Essa oportunidade torna-se um espaço de renovação, de respeito à pluralidade de ideias e traz um fortalecimento das convicções e reflexões frente a minha atuação profissional”, afirma. Por todo o trabalho desenvolvido e difundido entre colegas de profissão, Fernanda é uma das mulheres, assistentes sociais de luta, homenageadas do CRESS-MG!

JUCILAINE NEVES SOUSA WIVALDO

ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHERES
AGRICULTORAS | PERDÕES



Quando completou quinze anos, o irmão mais velho de Jucilaine a levou para conhecer Juiz de Fora e a universidade federal da cidade. Natural da zona rural de Piedade do Rio Grande, foi criada por mãe e pai lavradores, na companhia de seus dois irmãos. Teve

uma infância inocente, como ela mesma diz. Só foi ver TV aos sete anos de idade e, ainda assim, em preto e branco. As coisas que mais gostava de fazer era jogar futebol e escrever poesias.

A viagem à cidade grande despertou a vontade de estudar e, ter deixado a família, aos dezoito anos, foi uma das lutas mais marcantes que precisou travar para realizar este sonho. De doméstica a caixa de loja, Jucilaine trabalhava de dia e estudava no tempo restante. Fez curso técnico em Edificações, área em que chegou a trabalhar, mas se frustrou por, entre outros motivos, ser um espaço considerado masculino e com muito assédio moral.

Assim, finalizou o curso em Serviço Social quando ainda atuava na outra área e um tempo depois, foi aprovada no mestrado no curso de Desenvolvimento Sustentável e Extensão na Universidade Federal de Lavras (Ufla). A jovem criada no campo teve, então, a oportunidade de aprofundar teorias marxistas e agregar saber na área da agricultura familiar, o que foi essencial para o trabalho que viria a desenvolver com mulheres rurais no município de Perdões.

Em 2019, efetivada como assistente social na Prefeitura de Perdões há um ano, iniciou um importante trabalho com a Associação das Mulheres Agricultoras (Amagri) a fim de valorizar o ofício dessas mulheres e promover a segurança alimentar no município. De cafés para estreitar o vínculo com as agricultoras a encontros regionais, foram muitas as ações encabeçadas por Jucilaine, assim como articulações e parcerias para dar visibilidade a questões afetas a elas.

Mesmo com todos os avanços obtidos, ainda há quem desmereça seu trabalho na associação, dizendo que foi puramente administrativo, mas ela não tem dúvidas: sabe o quanto contribuiu e ainda contribui para o fortalecimento e mobilização das agricultoras na busca pela igualdade de gênero no campo. Arrisca dizer, inclusive, que a Amagri é modelo na promoção de trabalho e renda da mulher do campo, bem como na Política de Segurança Alimentar.

“Mãe, esposa, assistente social, pesquisadora, sonhadora, mulher, e grata, pois, no decorrer dessa caminhada, que ainda não chegou ao fim, percebo quantas pessoas boas vieram até a mim e o quanto o Serviço Social é essencial na minha formação profissional e humana”, comenta Jucilaine, hoje lotada no Sesc de Lavras. Por se dedicar à melhoria de vida de outras mulheres, através da profissão, o CRESS-MG faz esta homenagem a ela!

MARIA FERNANDA OLIVEIRA

SAÚDE | SÃO FRANCISCO



Comunicativa desde menina, Maria Fernanda era curiosa e se perguntava o porquê de muitas situações que permeavam o seu cotidiano e o das pessoas ao seu redor. Ainda na adolescência, participava dos projetos sociais da igreja católica que frequentava e ficava encantada com o brilho no olhar daquelas pessoas ao agradecerem por estar ali.

Nessa época, começou a pesquisar sobre o Serviço Social e, ao se formar no ensino médio, já sabia que queria ser assistente social. Nascida e criada em Montes Claros, hoje Maria Fernanda trabalha no Hospital Municipal de São Francisco, também no Norte de Minas. Viveu a pandemia atuando na política de Saúde: a mais demandada e sobrecarregada deste período.

Ainda assim, é grata por todas as experiências vividas, pois aprendeu muito e teve a certeza de como o Serviço Social foi crucial neste momento e pôde fazer diferença na vida das pessoas. Depois de tudo que viu e viveu e ciente das dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, Maria Fernanda não hesita em dizer que seu melhor momento da carreira é agora, por estar empregada.

Nas palavras das pessoas que a indicaram para esta homenagem, “Maria Fernanda analisa com muito amor, carinho e responsabilidade as condições de vida da população. Orienta com atenção sobre como ter informações, acesso aos direitos e serviços para atender suas necessidades sociais, além de constantemente ser elogiada por usuárias, usuários e seus familiares”. Quer reconhecimento maior que esse? Pela dedicação, o CRESS-MG a homenageia!

MARIA VICENTINA VIEIRA (SANTINHA)

SAÚDE | ARAXÁ



Sempre é tempo para (re) começar. No auge da pandemia, em 2020, Maria Vicentina, assistente social da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, no Triângulo Mineiro, descobriu um câncer no intestino. Entre cirurgia e quimioterapias, passou-se um ano até a cura e, para Santinha, como é conhecida, ficar sem trabalhar foi uma das situações mais difíceis de encarar durante este processo.

Um momento desafiador, mas como tantos vividos por ela, ao longo de seus 71 anos, foi superado com maestria - e com uma boa dose de fé. Filha de um casal pobre, Nervino e Maria Vicentina, sempre sonhou alto, mas o desejo de estudar, que tanto almejava, era impossível na sua infância. O tempo passou, casou, teve seus filhos amados e só depois que cresceram pôde se dedicar aos estudos.

Formou-se em Serviço Social aos 57 anos e em seguida fez pós-graduação em Políticas de Assistência Social e Gestão do SUS. Relaciona-se bem com os vários segmentos da sociedade e faz questão de participar das decisões do município, além de integrar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e ter um papel fundamental dentro do Núcleo de Assistentes Sociais (NAS) de Araxá.

Incansável, Santinha sonha em unir a categoria profissional para alinhar o conhecimento através de formação continuada e para lutar pela implementação da Lei das 30h (Lei Federal 12.317/10) e aprovação do PL 26.931/20 que dispõe sobre o piso salarial de assistentes sociais. Ainda há muito a ser feito e que bom ter profissionais comprometidas como esta, que é uma das homenageadas do CRESS-MG!



MARIANA NERY

ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONCEIÇÃO DO PARÁ

Engana-se quem acredita que ser assistente social numa cidade pequena é tarefa simples. Há várias particularidades dessa atuação e os desafios podem ser ainda maiores quando se está longe de casa.

Conceição do Pará, no Centro-Oeste Mineiro, tem cerca de seis mil habitantes e está há mais ou menos seiscentos quilômetros de distância do Rio de Janeiro, terra natal de Mariana.

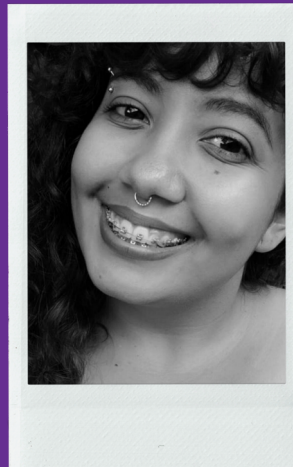
Mas a relação da assistente social com Minas Gerais não começa aqui. Depois de se formar, ela fez sua Residência Multiprofissional em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Logo após, em 2019, foi aprovada em primeiro lugar no concurso público em Conceição do Pará, onde, desde então, trabalha no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município.

Mesmo há pouco tempo na região, o trabalho desenvolvido por Mariana já vem ganhando destaque. No fim do ano passado, a assistente social, em articulação com outras e outros atores do município, conseguiu a aprovação de uma lei que irá desenvolver incentivos estudantis a fim de capacitar jovens locais para, assim, serem opção de mão de obra qualificada das empresas que se instalam por ali.

Durante as cheias do início deste verão, que afetaram a população conceição-paraense, a atuação da profissional também foi bastante relevante. Mesmo com os desafios e limitações cotidianas, Mariana tem oferecido um trabalho de qualidade técnica e de respeito às usuárias e usuários e, por isso, é uma das homenageadas do CRESS-MG!

NATASHA DIAS

POP DE RUA, PESSOAS IDOSAS
BELO HORIZONTE



Nascida em uma família preta, com pai caminhoneiro e mãe dona de casa, Natasha, moradora da Zona Norte de Belo Horizonte, viu desde cedo como, no Brasil, o acesso a determinados serviços e lugares se tornam privilégios de poucos, quando deveriam ser direito de todos - e todas. Assim como muitas mulheres, assistentes sociais de luta, foi a primeira do

núcleo familiar a ingressar na universidade.

Chegou a trabalhar em outra área, mas o que realmente a impulsionava e a fazia questionar, querer ser instrumento de mudança foi o Serviço Social. “Sou assistente social, profissional de luta, acolhimento, escuta e almejo todos os dias auxiliar, nem que seja com uma pequena fagulha, na emancipação, bem estar, desenvolvimento e cidadania plena de quem necessita”, pontua, orgulhosa.

Na fase mais intensa da pandemia, trabalhou com a população em situação de rua através da Ação Humanitária Canto da Rua Emergencial. Naquele espaço, foi definida a metodologia e a prática de um projeto pioneiro, voltado para o acolhimento e o cuidado de um dos grupos populacionais mais vulneráveis e invisibilizados socialmente, principalmente durante o caos gerado pela Covid-19.

Hoje atua em um abrigo para idosas, onde estão em acolhimento institucional 28 mulheres com idades entre 61 e 100 anos com histórico de violação e/ou situação de risco. Neste espaço, o foco é garantir o bem estar delas em todos os sentidos, buscar que encontrem autonomia, mesmo durante o processo de envelhecimento, e trabalhar pela defesa de direitos, dignidade e proteção social dessas mulheres.

Mulher, preta, bissexual, do candomblé... Como ela mesma diz, “as várias porções de mim me levaram a diferentes caminhos e, entre eles, o envolvimento com movimentos sociais. Sempre estive em luta!”, de fundadora do Coletivo LGBT Todas as Cores, em Ma-

tozinhos, a conselheira no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e integrante do Comitê de Diversidade Religiosa de Minas Gerais.

O envolvimento com as diversas bandeiras de luta da sociedade é, sem dúvida, um aspecto que enriquece o fazer profissional das e dos assistentes sociais. Natasha representa inúmeras profissionais que, apesar de todos os desafios cotidianos, consegue se dedicar a pautas coletivas de forma militante, ou seja, para além do trabalho remunerado. Isso é admirável e merece todo o nosso reconhecimento!



PÂMELA ROMÃO

SAÚDE | PERDÕES

Uma infância mágica em uma comunidade rural na região de Santo Antônio do Amparo, Oeste do estado. Assim foi a vida de Pâmela, a partir do momento em que passou a morar com a irmã mais velha. Guardar as boas lembranças e viver com

alegria tem sido a escolha dessa assistente social que, ainda criança, perdeu mãe e pai em decorrência de problemas de saúde física e mental agravados pelo alcoolismo.

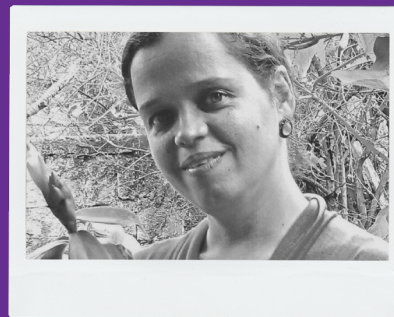
Na escola, Pâmela era dedicada e adorava a convivência com as amigas e amigos, de quem ouvia atenta as histórias de vida. Formou-se no ensino médio ainda sem saber qual faculdade faria ou mesmo se teria condições de arcar com as despesas de um curso superior. Conheceu, então, uma amiga formada em Serviço Social e foi a partir das conversas com ela que decidiu que seria assistente social.

Assim que conseguiu um emprego, prestou vestibular e foi aprovada em uma universidade privada. A preocupação de se teria ou não dinheiro para pagar as mensalidades deu lugar a uma grande alegria quando soube que havia conseguido uma bolsa de estudos pelo ProUni. Hoje agradece imensamente às professoras, professores e todas as pessoas que tanto a ensinaram na sala de aula e estágios.

Trabalha, há dois anos, como assistente social acompanhando pacientes com câncer, na Casa de Apoio Renascer, em Perdões. Para ela, a conquista desse primeiro emprego em sua área é o melhor momento de sua carreira. A depender do reconhecimento de colegas e pacientes do local, Pâmela com seu sorriso, ainda viverá muitos bons momentos!

RAQUEL APARECIDA DE OLIVEIRA

SAÚDE MENTAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL
BELO HORIZONTE



Favelas e periferias, como o nome diz, estão nos limites da cidade. Não à toa, quem mora nesses lugares costuma ser considerada ou considerado à margem da sociedade no que diz respeito a direitos básicos. Viver nesses espaços traz um olhar diferenciado sobre a desproteção social, afinal, ela faz parte do dia a dia de suas moradoras e moradores. Nascida em Belo Horizonte, a assistente social Raquel passou por diferentes regiões periféricas da cidade.

Hoje trabalha no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de uma das áreas mais estigmatizadas da capital mineira: o Aglomerado da Serra. O desejo de cursar Serviço Social veio quando atuava como cuidadora de pessoas idosas em um projeto da prefeitura, também dentro de uma comunidade, e a psicóloga do Cras local descobriu, junto com ela, que seu perfil profissional apontava para a atuação na Política de Assistência Social.

No cotidiano profissional, ao realizar o trabalho social com famílias, no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social, Raquel assume o compromisso de defender e reconhecer a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Poder contribuir para melhorar a realidade de quem é carente de tantas políticas públicas tem a ver com mudar a própria realidade.

E assim tem sido, não só por meio do Serviço Social, mas também da militância, especialmente na luta pela Reforma Psiquiátrica e outras questões afetas, como a população em situação de rua e a retirada arbitrária de bebês de mulheres com sofrimento mental e/ou usuárias de álcool e outras drogas. Estas temáticas, aliás, se relacionam com sua trajetória e a de sua família: a mãe, mulher com sofrimento mental, está desaparecida há 33 anos.

Além disso, a profissional cresceu ouvindo narrativas de familiares que tiveram direitos violados em hospitais psiquiátricos. Ligados a sua história, estes fatos que dialogam com a Luta Antimanicomial e o combate à violência contra mulheres, viram arte pela mente e corpo de Raquel. Já são dois os monólogos escritos e apresentados por ela, nos quais questiona a higienização na política de Saúde Mental e o papel do Estado que ao invés de garantir direitos, os viola.

São inúmeras as vulnerabilidades, as violências e a negação de direitos, mas também inúmeras as possibilidades de agir para mudar esse cenário. Raquel escolheu o Serviço Social com o objetivo de contribuir para a melhoria de vida das pessoas e, junto com a militância, tão enriquecedora para as e os assistentes sociais, ressignifica também o seu passado. Por toda resistência e trabalho desenvolvido, ela é uma das mulheres, assistentes sociais de luta, homenageadas pelo CRESS-MG!

RAQUEL FARIA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES
SANTO ANTÔNIO DO MONTE



Quantos direitos são ofertados a gente humilde como sendo favor ou caridade? Essa dinâmica, pautada na falta de acesso à informação e à educação, realidade comum em um país desigual como o nosso, ajuda a manter opressões e explorações. De origem simples, criada pela mãe e pelo pai, com mais

sete irmãs e irmãos, em Piumhi, no Centro-Oeste do estado, Raquel desde nova percebia que tinha algo errado com as benesses que sua família recebia da elite local.

Anos depois, ao cursar Serviço Social - algo que só foi possível por conta do Financiamento Estudantil (Fies), aprendeu que aquilo que lhe era apresentado como caridade se tratava, na verdade, de direitos básicos que o Estado deveria garantir a qualquer pessoa. Entender que sua família, portanto, não devia favor a ninguém foi libertador e também motivou mais sua formação profissional. Respeitando a história de cada usuária e usuário, Raquel marca positivamente os lugares por onde passa.

Em sua cidade natal, trabalhou na Saúde Mental por meio do Caps II e Caps AD, e em Lagoa da Prata, integrou a Assistência Social, atuando no Cras Gomes. Hoje vive em Santo Antônio do Monte, onde coordena o Cras Dom Bosco, além de atuar no Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de uma ONG do município, onde luta pelo reconhecimento da adoção como uma forma de constituir família.

Neste espaço, a assistente social contribuiu para a adoção de uma criança com um perfil complexo, situação que ela descreve como a mais marcante de sua carreira. Há quatro anos na instituição, o menino de oito anos, com TDAH, epilepsia e transtorno intelectual foi finalmente adotado por uma família. Raquel teve a oportunidade de encontrá-lo posteriormente e ver a melhora do seu quadro após se integrar no novo lar.

Além de comprometida com o Serviço Social e de estar em constante atualização profissional, ela reconhece e enaltece a importância tanto das colegas de profissão, como de outras áreas que já trabalharam e as que hoje trabalham com ela. Raquel sabe que a trajetória e as conquistas profissionais se constroem através do esforço individual, mas também coletivo, e é também por isso que o CRESS-MG a homenageia!



POPULAÇÃO TRANS e o papel do Serviço Social na construção de uma sociedade em que todas as pessoas tenham vontade de seguir vivendo

Em um contexto histórico marcado pelo conservadorismo, pela intensificação dos discursos de ódio contra as chamadas minorias, pelos fortes ataques à democracia, pela constante violação de direitos humanos e pela crescente criminalização da pobreza, fica evidente a importância de reafirmar, cada vez com mais veemência, a defesa intransigente dos direitos humanos, respaldada pelos princípios fundamentais do Código de Ética da e do Assistente Social.

A população trans, uma das vítimas dessas opressões, vem ganhando destaque nas lutas sociais e também na mídia, muitas das vezes, infelizmente, para noticiar o que as estatísticas confirmam: o alto índice de mortes precoces de mulheres e homens trans. No dia 14 de março, um mês e meio após as comemorações pela Visibilidade Trans (29/01), morreu Paulo Vaz, belo-horizontino de 36 anos, policial civil em São Paulo e ativista pelos direitos LGBTQIA+, em especial de pessoas trans, como era seu caso.

A morte prematura do rapaz, sob condições ainda suspeitas, reacendeu o debate sobre o papel de cada uma e cada um de nós, enquanto sociedade, “para pensar em formas de construir um mundo onde as pessoas queiram viver”, como publicou a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em nota sobre o ocorrido. Conscientes do dever profissional de assistentes sociais nesta luta, o Cofi Responde desta edição decidiu tratar da defesa dos direitos da população trans.

As respostas, a seguir, foram dadas a partir das previsões postas na Resolução CFESS 489/06, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou pre-

conceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional de assistentes sociais e na Resolução CFESS 845 de 2018, que dispõe sobre a atuação profissional das e dos profissionais em relação ao processo transexualizador.

1) Quais são os fundamentos das Resoluções CFESS 489/06 e 845/18?

Essas resoluções são orientadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma em seu art. 1º que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”; pela Constituição Federal de 1988, que dispõe em seu art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando assim, os direitos fundamentais à igualdade, à liberdade, à tolerância e à dignidade da pessoa humana.

Outra base importante que justifica as referidas resoluções são os Princípios de Yogyakarta de 2007, referentes à aplicação da legislação internacional de direitos humanos, que compreende a identidade de gênero como: “a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”.

Esses valores também estão consagrados no Projeto Ético e Político do Serviço Social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária em que não haja dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Esses preceitos se expressam especialmente nos seguintes princípios do Código de Ética: “I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.”

2) Considerando os princípios que fundamentam as resoluções CFESS 489/06 e 845/2018, qual a conduta esperada de assistentes sociais no exercício profissional no atendimento à essa população?

De acordo com essas resoluções, assistentes sociais, no exercício profissional, devem se abster de condutas preconceituosas e/ou discriminatórias, bem como, de práticas que caracterizem o policiamento de comportamentos, dentre outros, o de identidade de gênero. Desse modo, devemos respeitar o direito de uso do nome social, ou seja, o nome escolhido pela pessoa trans para se identificar na sociedade, bem como abster-se de utilizar instrumentos e técnicas que criem, mantenham, reforcem preconceitos à população trans, além de refutar qualquer avaliação ou modelo patologizante ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero, dentre outros.

3) O que é o processo transexualizador e qual o papel de assistentes sociais enquanto componentes da equipe multiprofissional?

O processo transexualizador foi instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008 e ampliado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.803/13. Trata-se de uma linha de cuidados em saúde, direcionados à população de travestis, transexuais, transgêne-

ros e outras identidades de gênero. São definidos por um conjunto de estratégias e procedimentos assistenciais que auxiliam na transição de gênero. O processo transexualizador é resultante do conceito de saúde criado pela OMS e adotado pelo SUS, que define saúde como "estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença".

Assim, fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais são determinantes para a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Neste sentido, o processo transexualizador está para além da assistência clínico-terapêutica; abarca também o enfrentamento às expressões da questão social relacionadas às expressões de gênero. Desse modo, a nossa atuação deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades da população usuária e o atendimento a seus direitos, tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos

Enquanto componente da equipe multiprofissional, a ou o assistente social deve se atentar para os fatores de vulnerabilidade e de risco social, relacionados à “trans(gressão)” do binarismo de gênero, que é uma das estruturas determinantes para a inclusão/exclusão da vida em sociedades marcadas pelo patriarcado. Na equipe multiprofissional, quando pertinente, também cabe às e aos assistentes sociais emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais, sempre respeitando o direito à autodesignação das usuárias e dos usuários do serviço, como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.

Nesse contexto, também cabe a nós, enquanto profissionais do Serviço Social, atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento, na perspectiva do Código de Ética do Serviço Social. Em suma, a ou o assistente social deverá reconhecer a dinâmica relacional da pessoa usuária do serviço, a fim de promover estratégias de inserção social na família, no trabalho, nas instituições de ensino e nos demais espaços sociais presentes na vida delas.

4) Como o Serviço Social pode contribuir na luta contra o preconceito e na efetivação de direitos, em especial no Processo Transexualizador no cotidiano profissional?

Primeiramente é preciso enfatizar que o conhecimento aprofundado e crítico sobre as questões que envolvem a profissão é um pressuposto básico para uma atuação profissional engajada no enfrentamento às expressões da questão social, em especial sobre o processo transexualizador, ainda marcado por fortes preconceitos, decorrentes da postura conservadora ainda presente no Serviço Social, bem como da ausência de conhecimento sobre o tema.

Conforme a Resolução CFESS 845/2018, assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente. Poderão também contribuir com a promoção de normativas, protocolos e orientações que possibilitem a ampliação de direitos e a utilização do nome social, além da utilização de uma abordagem intersetorial, visando a ampliação do acesso às políticas públicas e aos direitos sociais.

Outra forma de contribuir com esse processo é a realização do mapeamento de rede de atenção, de proteção e de acesso aos direitos das pessoas LGBTQIA+ em todas as políticas públicas; No horizonte de atuação, também é premente que o profissional promova o estímulo à participação social e política da população LGBTQIA+ de forma a incidir nos espaços de controle social, como conferências, conselhos de direitos e fóruns de políticas públicas. Além disso, as e os assistentes sociais também poderão somar forças na construção de estratégias para o enfrentamento da violência e da transfobia institucional, particularmente nos serviços de acolhimento.

5) Assistentes sociais que violarem os preceitos manifestos nessas resoluções estão sujeitos a que tipo de responsabilização perante o CRESS?

Primeiramente é preciso salientar que a violação de tais preceitos constitui infração ética e que a sua prática ou conivência com ela pode implicar processo ético. Sendo assim, não basta abster-se, no exercício da profissão, de condutas preconceituosas e/ou discriminatórias, também é dever da e do profissional

denunciá-las ao CRESS quando praticadas por colega de profissão.

Desse modo, além da responsabilização penal por crime de homofobia, aplicada pela autoridade competente, o descumprimento do disposto nas referidas resoluções pode implicar, conforme o caso, apuração das responsabilidades éticas da e do profissional, nos termos do Código de Ética Profissional da e do Assistente Social.

Assim, segundo o art. 23º, as infrações ao Código acarretarão penalidades, desde multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais a depender da gravidade do fato. Vale ressaltar que esse tipo de infração pode ser denunciada ao CRESS pela própria usuária ou usuário do respectivo serviço ou por qualquer pessoa que tenha testemunhado ou que tenha conhecimento do fato.

Sugestão de leituras

[Caderno da série "Assistente social no combate ao preconceito"](#)

[Serviço Social e Diversidade Trans](#)

[Orientações para atendimento de pessoas trans e travestis](#)

[Atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador](#)

[Inclusão e uso do nome social da assistente social trans e do\(a\) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional](#)

No seu cotidiano profissional, tem algum assunto que desperta dúvidas suas e de seus colegas assistentes sociais? Mande sua sugestão de tema a ser abordado aqui no Cofi Responde pelo e-mail imprensa@cress-mg.org.br